

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 162

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 11 DE DEZEMBRO DE 2002

ANO XXVIII

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Marcos Isfer</i>

## *Representação Partidária*

*PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.*

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 040ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
11 DE DEZEMBRO DE 2002**

*(quarta-feira)*

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Carlos Simões.

Às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSC: Fernando Guimarães; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PPS: Cezar Silvestri e Marcos Isfer (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimento:**

REQUERIMENTO Nº 2681

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, a retirada dos Projetos de Resolução nºs 009, 010, 030/2000; 025/2001; 024 e 031/2002 por 10 (dez) Sessões da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 11.12.2002.

(a) NEIVO BERARDIN

JUSTIFICATIVA:

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

É lamentável o que está acontecendo com o rolo compressor imposto a nós, representantes do povo, a respeito da colocação na última hora da última Sessão do ano, no apagar das luzes. A precisão e aprovação das contas de um governo que utilizou de toda a sua competência destrutiva para, em 8 anos, dilapidar um Estado tão importante no cenário brasileiro, como o Paraná.

E nós, sendo a minoria bem intencionada, sofremos também e principalmente, por nos sentir impotentes, perante os deputados que, ao invés de optarem pelo povo que os elegeu, direcionaram seus interesses em cunho particular.

E, para se locupletarem com o poder, participaram de acordo com o Executivo, que além de esdrúxulos, comprometem a dignidade desta Casa de Leis.

Ainda, senhores, nessa hora derradeira temos a oportunidade de dar o troco aos desmandos e improbidades cometidas por esse governo, rejeitando as contas que caracterizaram uma gestão desastrosa e comprometedora.

Devemos, além da rejeição das contas do governo Lerner, encaminhá-las ao Ministério Público, Estadual e Federal, todos os indícios de malversação dos recursos públicos, para que se estabeleça o contraditório e venham a ser punidos os responsáveis.

Os pontos que resumidamente apresentaremos a seguir sintetizam nossa proposição e respaldam com toda a segurança nosso posicionamento contrário à aprovação das contas em pauta extraordinária. E a Sessão do dia 11 de dezembro de 2002, entrará para os Anais da Casa, como o dia do resgate da dignidade parlamentar do nosso Paraná.

Elenco dos indícios e desmandos cometidos que de última hora nos foi permitido relatar:

1º) Acumulou prejuízo no Banestado, conforme balanço geral, de dez/98 a 31/03/2000, na ordem de R\$3,5 bilhões.

Doc. 01

2º) Causou no Banestado 4.857 demissões de dez/94 a dez/99.

Doc. 02

3º) Recolheu ao patrimônio do Estado ativos do Banestado de liquidação duvidosa e baixa conversibilidade, no valor de R\$1,9 bilhões, incluindo nesse montante, 428 milhões de títulos “podres”.

Doc. 03

4º) Utilizou recursos inclusive com empréstimos para pagar em 30 anos, R\$5,6 bilhões para sanear o Banestado e vendê-lo por 1,6 bilhões.

Doc. 03 e 03.a

5º) Presenteou a iniciativa privada (Banco Itaú) com 551 mil contas, patrimônio incomensurável do Banestado, distribuídas em 376 agências, somando 546 pontos de atendimento.

Doc. 02

6º) Reduziu o lucro líquido por funcionário do Banestado de dez/96 a dez/99 de R\$1,16 milhões positivo, para R\$(69,67) negativo, tendo no ano político de sua reeleição causando um rombo no Banco de R\$ 2,8 bilhões e R\$ (294,73) milhões de reais de prejuízo por funcionário.

Observe-se que em dez/96 o Banco foi lucrativo em R\$12,8 milhões.

Doc. 07

Senhores deputados, somente esse descabro do Executivo é suficiente para não aprovarmos suas contas, e chamá-lo à responsabilidade.

7º) Cometeu fraude contábil ofendendo os princípios contábeis da competência ao estornar empenhos liquidados, visando falsear superávit.

Ressalte-se que os empenhos traduziam produtos e serviços já entregues pelos fornecedores, onde apenas o pagamento encontrava-se pendente.

Doc. 04 e 04.a

8º) Reduziu a participação do Governo do Estado no capital social das empresas públicas e sociedades de economia mista, de 1996 a 2000, de R\$5,7 bilhões para R\$2,0 bilhões, sem benefício aparente nenhum para os paranaenses.

Doc. 05

9º) Assinou contrato com a união da confissão, consolidação e refinanciamento de dívida, comprometendo a independência da gestão financeira do Estado pelo período de 30 anos, ou até que a dívida seja quitada, através de metas de:

- superávit primário;
- alienação de ativos, ou seja, forçando privatização;
- imposição de limite de investimento a 9,02% da receita líquida real;
- o governo do Estado foi induzido ao ajuste fiscal, a assumir compromissos com a União, sendo este o motivo explicitado no parecer do Banco Central para se posicionar favoravelmente à operação;

Doc. 06 - Pág. nº 06

10) Antecipou 1,7 bilhões em receita dos próximos 20 anos, relativas aos Royalties de Itaipu, comprometendo realizações dos próximos 4 períodos governamentais.

Doc. 08

11) Elevou a dívida pública em 10 vezes;

12) Inscreveu precatório no período de 1996 a 2000 no montante de 3,0 bilhões, enquanto pagou no período apenas 45 milhões, ou seja, o equivalente a apenas 6,66%.

No período de 1996 a 2000, o crescimento no volume de precatório foi de 157,48%

Doc. 09

13) De um passivo a descoberto de 364 milhões em 1999, passou para 1,8 bilhões em 2000, ou seja, se vendesse todos os bens e direitos faltava 1,8 bilhões para quitar toda as dívidas, portanto, quebra total do Estado.

Doc. 10

14) O índice de liquidez do Estado administração consolidada, baixou de 0,58 em 1996 para 0,12 em 2000.

Doc. 11

15) Com os recursos do Fundef, o Governo extrapolou na falta de transparência e descumprimento da legislação.

Vide relato do Tribunal de Contas:

“... Apesar das reiteradas admoestações deste Tribunal desde o exercício em 1998, persistiu no quadrimestre analisado, a inexistência de conta corrente única e específica para a movimentação do Fundef, tendo como destino o caixa único do Tesouro estadual, contrariando o disposto no parágrafo 3º da Lei nº 9.424/96. E também o disposto no parágrafo 5º do artigo 69 da Lei nº 9.394/96 (L.D.B.).

Esta situação trouxe ainda, prejuízos para a integral análise da composição e utilização dos recursos do Fundef, pois não foi possível verificar a real existência dos valores indicados nos demonstrativos, bem como não se teve como verificar os valores oferecidos à aplicação financeira, a modalidade e os prazos de aplicação, e nem se aferir os consequentes resultados financeiros.

Observe-se que até maio de 2002 as irregularidades no Fundef estavam latentes. Prova disso é a denúncia formulada à Promotora de Justiça do Ministério Público, conforme Ata APP-Sindicato.

Doc. 12 e 15 - pág.11

Este governo não deixou de ser negligente também com referência à cobrança da dívida ativa, que de 472 milhões em 1994 saltou para 1,9 bilhões em 1998, tendo recebido no período de 1995-1998 apenas 21 milhões.

Doc. 13

16) No período de 1996 a 1998, os serviços sociais autônomos, integrantes da administração direta, como:

- Paracidade.
- Paraná Educação.
- Paratecnologia.
- Eco Paraná.
- Paraprevidência.

Apesar de obrigadas por lei por serem gestoras de recursos públicos não apresentaram ao Tribunal de Contas, as prestações de contas anuais, e terem recebido repasse do Tesouro do Estado na ordem de 150 milhões. Somente a Paracidade.

Doc. 14 - pág. 02 e 16 - item 20

Mais um motivo inequívoco, senhor presidente e senhoras e senhores deputados, para rejeitarmos terminantemente as contas do senhor governador Jaime Lerner.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2681, de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando a retirada dos Projetos de Resolução nºs 009, 010, 030/2000, 025/2001, 024 e 031/2002 da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões, **Rejeitado**.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em processo de votação, nobre deputado. Em retirada, não se discute requerimentos.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente e senhores deputados.

Talvez esse seja o momento mais importante deste Parlamento dos últimos 08 anos. Este é o momento em que se pretende discutir e votar as contas de 1993 do Executivo, , 96, 97, 98, 99, 2000 e 2001. É preciso chamar a atenção dos senhores deputados para este momento, que eu considero talvez, repito, o mais importante dos momentos que este Poder vai se manifestar, em nome do povo do Paraná, porque sobretudo estarão sendo julgadas as contas do Governo Lerner. Dos dois governos!

Requeiro à Mesa que considere como lido o pronunciamento que deveria fazer sobre este assunto, porque aborda vários aspectos do governo Lerner. Sobre tudo, aborda a questão do Banestado, aborda o empréstimo feito junto ao Banco Central, aborda o rombo no Banestado, sendo que o Estado assumiu uma dívida a ser paga em 30 anos, aborda a antecipação dos royalties de Itaipu, aborda a dilapidação do patrimônio público do Estado do Paraná, ou seja, a venda de ativos como o da Copel, como o da Sanepar.

Senhores deputados, poderia dizer que este governo não cumpriu com a sua obrigação na questão do ensino fundamental. Este é um governo, evidentemente, altamente comprometido com a técnica não recomendável, como escreveu o conselheiro relator do Tribunal de Contas, extornando Ativos para farsar o superavit primário do Estado na ordem de 18 milhões de reais. Imaginem os senhores!

Por isso, o meu pedido é no sentido de que este Poder possa adiar esta discussão para o ano que vem, porque na penúltima Sessão do período Legislativo, aprovar todas as contas de dois períodos do Executivo, ou rejeitar ou discutir - mas está na pauta - e o que eu estou pedindo é que se retire por dez Sessões, para que esta Casa possa discutir com mais calma, com mais zelo e sobretudo com o conhecimento profundo dos documentos que são apre-

sentados pelo Tribunal de Contas. Nós estaremos analisando as contas. Por exemplo, o Paranacidade gastou 150 milhões de reais sem prestar contas ao Tribunal de Contas. Nós estaremos analisando, na minha avaliação, no momento não adequado.

Por isso, encareço aos senhores deputados para que nos ajudem com o voto a fim de que possamos levar essa discussão para o ano que vem, porque é muito em cima da hora, é com falta de estudo aprofundado que vamos votar, como já disse, um voto, talvez o mais importante dos últimos anos.

Era essa a minha solicitação, senhor presidente, e encaminho à Mesa para que dê como lido o nosso pronunciamento, para que fique nos Anais deste Poder.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Determino a publicação integral da manifestação de V. Exa.

“Gabinete do Deputado Estadual Neivo Beraldin

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

É lamentável o que está acontecendo com o rolo compressor imposto a nós, representantes do povo, a respeito da colocação na última hora da última Sessão do ano, no apagar das luzes. A precisão e aprovação das contas de um governo que utilizou de toda a sua competência destrutiva para, em 8 anos, dilapidar um Estado tão importante no cenário brasileiro, como o Paraná.

E nós, sendo a minoria bem intencionada, sofremos também e principalmente, por nos sentir impotentes, perante os deputados que, ao invés de optarem pelo povo que os elegeu, direcionaram seus interesses em cunho particular.

E, para se locupletarem com o poder, participaram de acordo com o Executivo, que além de esdrúxulos, comprometem a dignidade desta Casa de Leis.

Ainda, senhores, nessa hora derradeira temos a oportunidade de dar o troco aos desmandos e improbidades cometidas por esse governo, rejeitando as contas que caracterizaram uma gestão desastrosa e comprometedora.

Devemos, além da rejeição das contas do governo Lerner, encaminhá-las ao Ministério Público, Estadual e Federal, todos os indícios de malversação dos recursos públicos, para que se estabeleça o contraditório e venham a ser punidos os responsáveis.

Os pontos que resumidamente apresentaremos a seguir sintetizam nossa proposição e respaldam com toda a segurança nosso posicionamento contrário à aprovação das contas em pauta extraordinária. E a Sessão do dia 11 de dezembro de 2002, entrará para os Anais da Casa, como o dia do resgate da dignidade parlamentar do nosso Paraná.

Elenco dos indícios e desmandos cometidos que de última hora nos foi permitido relatar:

1º) Acumulou prejuízo no Banestado, conforme balanço geral, de dez/98 a 31/03/2000, na ordem de R\$3,5 bilhões.

Doc. 01

2º) Causou no Banestado 4.857 demissões de dez/94 a dez/99.

Doc. 02

3º) Recolheu ao patrimônio do Estado ativos do Banestado de liquidação duvidosa e baixa conversibilidade, no valor de R\$1,9 bilhões, incluindo nesse montante, 428 milhões de títulos “podres”.

Doc. 03

4º) Utilizou recursos inclusive com empréstimos para pagar em 30 anos, R\$5,6 bilhões para sanear o Banestado e vendê-lo por 1,6 bilhões.

Doc. 03 e 03.a

5º) Presenteou a iniciativa privada (Banco Itaú) com 551 mil contas, patrimônio incomensurável do Banestado, distribuídas em 376 agências, somando 546 pontos de atendimento.

Doc. 02

6º) Reduziu o lucro líquido por funcionário do Banestado de dez/96 a dez/99 de R\$1,16 milhões positivo, para R\$(69,67) negativo, tendo no ano político de sua reeleição causando um rombo no Banco de R\$2,8 bilhões e R\$(294,73) milhões de reais de prejuízo por funcionário.

Observe-se que em dez/96 o Banco foi lucrativo em R\$12,8 milhões.

Doc. 07

Senhores deputados, somente esse descabimento do Executivo é suficiente para não aprovarmos suas contas, e chamá-lo à responsabilidade.

7º) Cometeu fraude contábil ofendendo os princípios contábeis da competência ao estornar empenhos liquidados, visando falsear superávit.

Ressalte-se que os empenhos traduziam produtos e serviços já entregues pelos fornecedores, onde apenas o pagamento encontrava-se pendente.

Doc. 04 e 04.a

8º) Reduziu a participação do Governo do Estado no capital social das empresas públicas e sociedades de economia mista, de 1996 a 2000, de R\$5,7 bilhões para R\$2,0 bilhões, sem benefício aparente nenhum para os paranaenses.

Doc. 05

9º) Assinou contrato com a união da confissão, consolidação e refinanciamento de dívida, comprometendo a independência da gestão financeira do Estado pelo período de 30 anos, ou até que a dívida seja quitada, através de metas de:

- superávit primário;
- alienação de ativos, ou seja, forçando privatização;
- imposição de limite de investimento a 9,02% da receita líquida real;
- o governo do Estado foi induzido ao ajuste fiscal, a assumir compromissos com a União, sendo este o motivo explicitado no parecer do Banco Central para se posicionar favoravelmente à operação;

Doc. 06 - Pág. nº 06

10) Antecipou 1,7 bilhões em receita dos próximos 20 anos, relativas aos Royalties de Itaipu, comprometendo realizações dos próximos 20 anos, relativas aos Royalties de Itaipu, comprometendo realizações dos próximos 4 períodos governamentais.

Doc. 08

11) Elevou a dívida pública em 10 vezes;

12) Inscreveu precatório no período de 1996 a 2000 no montante de 3,0 bilhões, enquanto pagou no período apenas 45 milhões, ou seja, o equivalente a apenas 6,66%.

No período de 1996 a 2000, o crescimento no volume de precatório foi de 157,48%

Doc. 09

13) De um passivo a descoberto de 364 milhões em 1999, passou para 1,8 bilhões em 2000, ou seja, se vendesse todos os bens e direitos faltava 1,8 bilhões para quitar toda as dívidas, portanto, quebra total do Estado.

Doc. 10

14) O índice de liquidez do Estado administração consolidada, baixou de 0,58 em 1996 para 0,12 em 2000.

Doc. 11

15) Com os recursos do Fundef, o Governo extrapolou na falta de transparência e descumprimento da legislação.

Vide relato do Tribunal de Contas:

“... Apesar das reiteradas admoestações deste Tribunal desde o exercício em 1998, persistiu no quadrimestre analisado, a inexistência de conta corrente única e específica para a movimentação do Fundef, tendo como destino o caixa único do Tesouro estadual, contrariando o disposto no parágrafo 3º da Lei nº 9.424/96. E também o disposto no parágrafo 5º do artigo 69 da lei nº 9.394/96 (L.D.B.).

Esta situação trouxe ainda, prejuízos para a integral análise da composição e utilização dos recursos do Fundef, pois não foi possível verificar a real existência dos valores indicados nos demonstrativos, bem como não se teve como verificar os valores oferecidos à aplicação financeira, a modalidade e os prazos de aplicação, e nem se aferir os consequentes resultados financeiros.

Observe-se que até maio de 2002 as irregularidades no Fundef estavam latentes. Prova disso é a denúncia formulada à Promotora de Justiça do Ministério Público, conforme Ata APP-Sindicato.

Doc. 12 e 15 - pág.11

Este governo não deixou de ser negligente também com referência à cobrança da dívida ativa, que de 472 milhões em 1994 saltou para 1,9 bilhões em 1998, tendo recebido no período de 1995-1998 apenas 21 milhões.

Doc. 13

16) No período de 1996 a 1998, os serviços sociais autônomos, integrantes da administração direta, como:

- Paranaidade.
- Paraná Educação.
- ParanaTecnologia.
- Eco Paraná.

- Parana previdência.

Apesar de obrigadas por lei por serem gestoras de recursos públicos não apresentaram ao Tribunal de Contas, as prestações de contas anuais, e terem recebido repasse do Tesouro do Estado na ordem de 150 milhões. Somente a Parana cidade.

Doc. 14 - pág. 02 e 16 - item 20

Mais um motivo inequívoco, senhor presidente e senhoras e senhores deputados, para rejeitarmos terminantemente as contas do senhor governador Jaime Lerner.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Beraldin, queiram levantar-se.

Dezenove deputados votam favoravelmente.

Os que são contrário, queiram levantar-se.

Vinte e nove rejeitam.

Está **rejeitado** o requerimento.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, se me permite V. Exa., solicito a palavra para justificar o meu voto.

Eu quero nominar os deputados que votaram para esta prestação de contas do governo Lerner:

Ademir Bier, José Maria, Eli Ghellere, Strapasson, Nereu Moura, Waldyr Pugliesi, Zuk, Antonio Anibelli, Praczyk, Serafina, Renato Gaúcho, Hermes da Fonseca, Algaci Tulio, Cezar Silvestri, Marcos Isfer, Orlando Pesutti e Caíto Quintana.

Agora, senhor presidente, perdido no plenário, neste momento que considero muito importante, faço um último apelo a V. Exa., para que determine a retirada de pauta, para que no ano que vem, com mais tempo, a gente possa discutir essa matéria.

Deputado Duílio, este é um tema histórico, este momento é um momento histórico. V. Exa., como presidente da Comissão de Tomada de Contas, deu parecer favorável. Portanto, V. Exa., deve, no mínimo, encaminhar por que é que mereceu da Comissão de Tomada de Contas, o parecer favorável das contas deste Governo.

Era esta a solicitação que eu faria. Acho que, a bem do conhecimento público, esse assunto deve ser discutido. É essa a solicitação que faço: que pelo menos alguém que represente a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa, em nome dela se pronuncie, para dizer por que é que mereceu parecer favorável da Comissão.

Por isso, se algum deputado que pertence a esta Comissão, por gentileza...!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

## ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003/2000, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Estado do Paraná, do exercício de 1993. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/2000

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1.993.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21.03.2000.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoio:

Antonio Anibelli, Edgar Bueno, Luiz Fernandes da Silva Litro e 1 ilegível.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
PROPOSIÇÃO Nº 110/94

P A R E C E R :

A presente proposição é de autoria do egrégio Tribunal de Contas, com a finalidade de encaminhar a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1993.

A matéria encontra-se justificada nas razões que acompanham a documentação.

Neste sentido, esta douta Comissão de Tomada de Contas, tem ciência de que a referida matéria encontra-se em condições de ser submetida à apreciação do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.2002.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente  
LUIZ ACCORSI - Relator

Em votação.

Está em votação o item 01, do exercício de 93. Em discussão, em votação. Aprovado.

O SR. ELI GHELLERE

Senhor presidente, gostaria que contasse a minha abstenção.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está registrado.

Está **aprovado** o item primeiro.

## ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 005/2000, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova

a prestação de contas do Estado do Paraná, do exercício de 1994. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005/2000  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1.994.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21.03.2000.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoiamento:

Edgar Bueno, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro e 1 ilegível.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
PROPOSIÇÃO Nº 20/95

ASSUNTO: Encaminhamento do Protocolo nº 14.755/95-T.C. referente às contas do Governo do Estado do Paraná, do exercício de 1.994.

01) Analisando toda a documentação apresentada referente a prestação de contas do Governo do Estado, referente ao exercício de 1.994, constatamos que o egrégio Tribunal de Contas às fls. 05, concluiu: "Diante do exposto, em função do cuidadoso trabalho técnico-contábil elaborado, concluímos, observadas as condições acima espostas, se estendidas como válidas pelo Plenário, que a prestação de Contas do Governo do Estado do Paraná, exercício financeiro de 1994, merece receber parecer prévio favorável com recomendação de aprovação pela Assembléia Legislativa, deste Estado."

É o parecer.

Encaminhe-se ao Ministério Público Especial, junto a este Tribunal.

DATJ, em 25.05.1995.

(a) NESTOR ELIAS SANGLARD

Diretor em exercício

02) O Ministério Público Especial, em seu Parecer nº 10.561/95, CONCLUIU:

Diante de todo o exposto, tendo por base a instrução já citada da IG, C, e

considerando que as irregularidades verificadas isoladamente, não constituem motivo que impeça a aprovação da conta do Governo;

considerando que é necessário o aprimoramento e atendimento das recomendações desta Corte para correção das anomalias detectadas a fim de que não venham a acarretar prejuízos às finanças do Estado;

considerando a prestação de contas de uma forma global;

considerando o resultado superavitário da gestão financeira: este Ministério Público Especial entende que possa esta Corte de Contas emitir parecer prévio favorável à aprovação das contas do Governo do Estado, relativamente ao exercício financeiro de 1.994.

É o parecer.

Procuradoria, em 08.06.1995.

(aa) CELIA ROSANA MORO KANSOU

Procuradora

HENRIQUE NAIGEBOREN

Procurador Geral

03) Às fls. 178/179, recebeu do conselheiro Artagão de Mattos Leão, o seguinte parecer: Trata o protocolo em questão da Prestação de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, relativa ao exercício financeiro de 1994, sob a responsabilidade do Sr. Nestor Baptista - presidente.

Esta prestação de contas é composta de 177 folhas numeradas.

Às fls. 163 a 176, a Inspeção Geral de Controle deste Tribunal de Contas, após analisar os documentos pertinentes acostados ao caderno processual e, baseando-se também, nos balancetes mensais, apreciados e julgados favoravelmente, conclui pela aprovação da prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1994.

A douta Procuradoria Geral, fundamentada na Instrução retrocitada da Inspeção Geral de Controle, opina pela regularidade das Contas relativas ao exercício financeiro de 1994 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Embasado na Instrução nº 023/95 da Inspeção Geral de Controle nº 3.114/95, da Procuradoria Geral junto a este Tribunal de Contas, voto no sentido de que seja aprovada a prestação de contas do Estado do Paraná, expedindo-se, por conseguinte, provisão de quitação ao seu responsável.

Este é o meu voto.

Sala das Sessões, em 14.03.1995.

(a) ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

Conselheiro

04) O eminente conselheiro Rafael Iatauro como relator proferiu o seguinte parecer:

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no artigo 75, inciso I, da Constituição Estadual e,

considerando que as contas do Governo do Estado, referentes ao exercício de 1994, foram prestadas ao Poder Legislativo no prazo estabelecido pelo artigo 87, inciso XI da Constituição Estadual;

considerando que os balanços gerais que compõem as contas do governador do Estado, ressalvados os aspectos destacados no relatório, estão escriturados conforme preceitos de contabilidade pública e de acordo com as normas

da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e expressam os resultados da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial do exercício financeiro de 1.994;

considerando que as falhas e deficiências verificadas na Gestão Orçamentária e Financeira da Administração Direta e Indireta, não constituem motivo impeditivo à aprovação das contas do governador, embora devam ser corrigidas para que não acarretem prejuízos às finanças públicas:

é do parecer que as contas do governador do Paraná, do exercício financeiro de 1994, de responsabilidade do Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, no período de 01.01.94 a 30.03.94, e do Sr. Mário Pereira de 01.04.94 a 31.12.94, estão em condições de merecer aprovação da augusta Assembléia Legislativa do Estado.

Sala das Sessões, em 19.06.1995

(a) Conselheiro RAFAEL IATAURO

Relator

05) No parecer prévio, o corte de contas exarou o seguinte parecer:

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no artigo 75 inciso I da Constituição Estadual e,

considerando que as contas do governador do Estado referentes ao exercício financeiro de 1994, foram prestadas ao Poder Legislativo no prazo estabelecido pelo artigo 87, inciso XI da Constituição estadual;

considerando que os balanços gerais que compõem as contas do governador do Estado, ressalvados os aspectos destacados no relatório, estão escriturados conforme preceitos de contabilidade pública e de acordo com as normas da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e expressam os resultados da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial do exercício financeiro de 1.994;

considerando que este parecer não afeta o julgamento dos demais ordenadores de despesa, inclusive das entidades da administração indireta;

considerando que as falhas e deficiências vetadas na Gestão Orçamentária e Financeira da Administração Direta e Indireta, não constituem motivo impeditivo à aprovação das contas do governador, embora devam ser corrigidas para que não acarretem prejuízos às finanças públicas:

é de parecer que as contas do governador do Estado do Paraná, no exercício financeiro de 1994, de responsabilidade do Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, no período de 01.03.94 a 30.03.94, e do Sr. Mário Pereira, de 01.04.94 a 31.12.94, estão em condições de merecer aprovação da augusta Assembléia Legislativa do Estado.

Sala das Sessões, em 19.06.1995.

(aa) NESTOR BAPTISTA

Presidente

RAFAEL IATAURO

Conselheiro-Relator

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

Conselheiro

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA

Conselheiro

HENRIQUE NAIGEBOREN

Conselheiro

JOAQUIM A. A. PENIDO MONTEIRO

Auditor

06) Finalmente a seguinte conclusão do Tribunal de Contas:

Resolução nº 4.619/95

Protocolo nº 14.755/95

Origem: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Assunto: Prestação de Contas - Exercício de 1.994.

## O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

R E S O L V E :

APROVAR, por maioria de votos, o parecer prévio relativo à prestação de contas do governador do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro e orçamentário de 1994, nos termos do voto do relator, conselheiro Rafael Iatauro, acompanhado pelos conselheiros: Quielse Crisóstomo da Silva, Artagão de Mattos Leão, Henrique Naigeboren e auditor Joaquim Antonio Amazonas Penido Monteiro. (voto vencedor).

O conselheiro Henrique Naigeboren acompanhou o relator, ressalvando, porém, os gastos com publicidade efetuados sem procedimento licitatório pelo Governo Estadual, bem como a não cobrança dos débitos inscritos em dívida ativa perante a Procuradoria Geral do Estado.

O conselheiro João Féder votou contrariamente, no sentido de que o parecer prévio recomende ao Poder Legislativo a desaprovação das contas governamentais de 1994, conforme as razões expostas em seu voto escrito anexo. (voto vencido).

Presente o procurador do estado junto a este Tribunal, Alide Zenedin.

Sala das Sessões, em 19.06.1995.

(a) NESTOR BAPTISTA

Presidente

07) Conclusão

a) Entendemos que todo o processo de prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, do exercício financeiro de 1994, de responsabilidade do Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, no período de 01 de janeiro de 1.994 a 30 de março de 1994, e do Sr. Mário Pereira, de 01 de abril de 1994 a 31 de dezembro de 1994, recebeu parecer favorável do colendo Tribunal de Contas deste Estado, com um voto em separado (voto este vencido), do eminente conselheiro Dr. João Féder.

b) Analisamos detalhadamente toda a volumosa prestação de contas.

c) O nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 15.03.2000.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

**Aprovado.**



**O SR. ELI GHELLERE (Pela Ordem)**

Gostaria que registrasse a minha abstenção do item 01 ao item 08.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)****ITEM 03**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 009/2000, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Estado do Paraná, do exercício de 1996. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/2000**

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1.996.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.04.2000.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoiamento:

Antonio Baratter, Edgar Bueno, Luiz Accorsi e  
Duílio Genari.

**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS****PROPOSIÇÃO Nº 036/2000****P A R E C E R :**

Encaminhada a esta Comissão, a proposição em tela, tem por finalidade aprovar as contas do Governo do Estado do Paraná, relativas ao exercício financeiro de 1996.

Em Sessão Plenária realizada no dia 24 de julho de 1997, o Tribunal de Contas, através de resolução nº 8.543/97, aprovou o parecer prévio o qual, na sua conclusão, opinou pela aprovação das referidas contas governamentais.

Assim sendo, e diante do que foi exposto, esta Comissão ao ser chamada a opinar, vem a emitir parecer favorável à proposta ora analisada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.04.2000.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

**Em votação.****O SR. NEREU MOURA (Para Discutir)**

Senhor presidente, nós achamos que não há necessidade de discutir estas contas, as contas do governador Jaime Lerner e nem mesmo as contas do governador Requião, agora, no penúltimo dia legislativo. No penúltimo dia de realização de Sessão nesta Casa. Natural-

mente, senhor presidente, eu, que fui deputado de Oposição ao governo Jaime Lerner e nós do PMDB e a Oposição como um todo, que levantamos durante todo esse período aqui nesta Casa uma série de fatos que iam contra os interesses da administração pública. Não podemos, em hipótese alguma, votar favorável às contas do governador Jaime Lerner. Desta forma, vamos encaminhar pela rejeição destas e lamentamos que elas tenham vindo agora, porque poderiam muito bem - estas contas ficarem, como vão ficar as contas do ano de 2002 para serem analisadas ano que vem.

Então encaminhamos pela rejeição destas contas e iremos votar contra a aprovação dela e esperamos o acompanhamento dos deputados da nossa Bancada, no sentido de que nós possamos aqui fazer com que o nosso discurso seja coerente. Desde que assumimos esta Casa, sempre colocando a nossa posição firme e decidida no sentido de apontar os erros que foram realizados pelo governo Jaime Lerner.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero deixar registrada uma posição. Desde o primeiro exercício do senhor Jaime Lerner, nós tivemos uma posição de oposição. Meu voto não é dado aqui, neste momento, em função da posição que tive nos anos de 94, 95, 96, 97, 98 e 2002, mas voto contrário à aprovação destas contas, porque não foram satisfeitas nenhuma das questões que critiquei e que fiz observações, nos anos anteriores. Começando pelo Canal Extravisor do Rio Iguaçu, 5 milhões e 225 mil reais e nós não tivemos resposta. Continuando pelo Canal da Galheta, pelo pedagimento, pelo arrendamento da ferrovia da soja, pela privatização do Porto de Paranaguá, pelas doações às empresas que se instalaram no pólo automotivo do Paraná, da forma com que foi feito e da forma como foram bancadas estas empresas, com recursos públicos do Estado do Paraná.

Não posso votar e não posso aprovar um Governo que, na questão da Secretaria da Segurança teve boa parte dos recursos sangrados na locação de veículos sem objetivo de atender a nossa população. Não posso votar aprovando as contas de um governo que na Secretaria do Meio Ambiente tem um furo de 22 milhões de reais e que não foi explicado. Não posso aprovar as contas de um governo que apresentou, nos últimos três anos, um bilhão de prejuízos, na Copel, com as tradeners, as sians e todos aqueles penduricalhos que se formaram, na Copel.

É por isso e muito mais, senhor presidente, que deixo aqui o meu voto pela desaprovação das contas dos anos de 95, 96, 97, 98, 99, 2000 e 2001, para ser coerente com o que preguei e não poderia agora convalidar um processo que não me satisfaz, nem a mim, nem à sociedade, e muito menos à lei e a boa aplicação dos recursos públicos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Em votação o item 3, Projeto de Resolução nº 009/2000.

**Aprovado**, com voto contrário dos deputados Neivo Beraldin, Nereu Moura, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk e Orlando Pessuti.

**ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 010/2000, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Estado do Paraná, do exercício de 1997. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 010/2000**

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1.997.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.04.2000.

**(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS**

Apoiamento:

Antonio Baratter e Plauto Miró Guimarães.

**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
PROPOSIÇÃO Nº 037/2000**

A presente proposição, de autoria do Tribunal de Contas, através do Ofício nº 543/99, tem a finalidade de encaminhar o parecer prévio referente à prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, relativas ao exercício financeiro de 1997.

A matéria encontra-se justificada nas razões que acompanha a documentação.

Neste sentido, esta douta Comissão de Tomada de Contas, tem ciência de que a referida encontra-se em condições de ser submetida à apreciação do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.04.2000.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

LUIZ ACCORSI - Relator

**Em votação.****O SR. NEIVO BERARDIN (Para Discutir)**

Senhor presidente, senhores deputados.

Encaminho contrário à aprovação de contas do Governo de 97, exatamente porque neste período o governo gastou 117 milhões de reais em publicidade e propaganda. Se lembrarmos que nessa época o real era equivalente a um dólar, o governo gastou 117 milhões de

dólares! Este dinheiro foi para quatro agências de propaganda.

Conforme requerimento aprovado por esta Casa e não respondido pelo Governo, em 19 de junho de 2001, o governo não respeitou este Poder, repassou as informações. Nesse período o Banestado registrou um prejuízo histórico; neste período se comprou 428 milhões de títulos podres de Osasco, Guarulhos, Santa Catarina, Maranhão. Nesse período começou a triste história do Banestado Leasing. Neste período que se deu empréstimo a quem sequer tem CPF, através do Banestado!

Não, senhores deputados! Não, em nome da Justiça! Ao invés de aprovarmos essas contas de 97 deveríamos, sim, remetê-las ao Ministério Público Federal e Estadual para que, em nome da Justiça, em nome do trabalhador, possa ser punido, pelas inúmeras improbidades administrativas, constatadas em documentos oficiais que estão em nossas mãos!

Manuseamos o orçamento de 97, aprovamos o orçamento, é de nossa obrigação fiscalizar este orçamento e é de nossa obrigação aprovar as contas ou rejeitá-las.

Como já disse a V. Exa. e aos nobres colegas, tenho razões de sobra para votar contra, não embalado por ser oposição a este governo, mas sim, movido, na certeza, pelos documentos oficiais, que é um governo com inúmeras improbidades administrativas que contam em todos os documentos encaminhados pela aprovação prévia do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. O Tribunal de Contas encaminha pela aprovação o parecer prévio, mas é nossa responsabilidade dizer SIM ou NÃO às contas. Não é responsabilidade do eleitor, porque o eleitor aqui não pode votar, mas em nome do povo do Paraná nós é que vamos votar, dando a ele um saldo de boa conduta sendo que há inúmeras improbidades administrativas!

Eu sei, a maioria vence e a minoria se convence, mas para registro da história, para que esta Casa registre nos seus anais, eu quero lembrar, mais uma vez, que este é o maior momento do Legislativo, esta é a maior função do legislador, fiscalizar a receita pública oriunda do suor do pequeno, do microempresário, oriunda do setor produtivo de um Estado, modelo da Federação.

Senhores deputados, que pelo menos, mereça de V. Exas. a consideração devida tendo em vista a magnitude do momento que estamos vivendo, onde vamos dar atestado de boa conduta a quem não merece!

Muito obrigado.

**O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Pela Ordem)**

Senhor presidente, eu ouvi, com bastante atenção, como os demais companheiros desta Casa, o pronunciamento do deputado Neivo Beraldin. Todos nesta Casa sabem que nós temos por ele um grande apreço, uma grande consideração. Vou fazer uma colocação aqui, e tenho certeza que o deputado Neivo, vai justificar essa

minha colocação em cima da sua vida parlamentar, em todos esses anos nesta Casa.

Ouvindo atentamente o deputado Neivo, comecei a me perguntar: mas espera aí, o deputado Neivo não apoiou o Governo durante seis anos? Então, o que leva o deputado Neivo, a fazer todos esses questionamentos? O que o leva neste momento, no apagar das luzes, quando o deputado Neivo apoiou esse Governo juntamente com todos nós? Ele, que entrava no Palácio Iguaçu pelas portas dos fundos, pela cozinha, tanto era a intimidade, usava o elevador privativo do governador! Ele sabe que não estou inventando nada, ele tinha intimidade com o governador Jaime Lerner, muito mais do que todos nós aqui nesta Casa! O governador Jaime Lerner, muitas vezes nos deixou na ante-sala esperando horas e horas para atender o deputado Neivo Beraldin!

Então, são essas as colocações que eu gostaria de fazer. Tenho certeza que o deputado Neivo vai justificar neste momento, a sua atitude nos seus questionamentos. Era só!

#### O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, o deputado Neivo Beraldin, tem toda legitimidade para fazer a análise das contas do Governo. Ora! Quando ele aqui se comportou votando favorável ao governador Jaime Lerner, ele também tinha legitimidade para isso, e hoje ele tem, porque hoje ele está analisando as contas do Governo. Posso, num determinado momento, votar com um governo, e depois que for analisado as suas contas achar que não se comportou de forma correta. O deputado não fica acompanhando os procedimentos de um governo como um todo. Desta forma, creio que tem, sim, o deputado Neivo Beraldin, para fazer a análise. Ele, que é um estudioso, que é um dos deputados que mais estuda nesta Casa, que faz os seus pareceres amplamente amparado em fundamentos plausíveis.

Por isso, senhor presidente, que nós queremos defender a análise correta e sensata que o deputado Neivo Beraldin fez, em relação às contas do governador Jaime Lerner, e lamentar que essas contas estejam sendo apreciadas desta forma bruta, como nunca tinha ocorrido nesta Casa. Ver um governador ter o conjunto de suas contas, ou sejam sete anos sendo analisados num dia só, numa única Sessão! Isso é histórico nesta Casa, porque nunca ocorreu. Aliás, as contas do governador Requião nós estamos analisando agora. Oito anos após ele ter saído do Palácio Iguaçu. Não sei por que essa pressa, não sei por que esse medo, medo de fazer uma análise cristalina e transparente das contas do governador Jaime Lerner? Por que essa pressa? Por que toda essa ligeireza, qual é o medo? O que se esconde nas caixas pretas desse governo?

Por isso, senhor presidente, numa forma de protesto, a Oposição se retira deste Plenário, por não concordar com essa decisão. Os deputados se retiram de Plenário para não votar, uma vez que a nossa posição é

minoritária por enquanto aqui nesta Casa, e nós não concordamos com a maneira como está se conduzindo a Sessão Extraordinária. Os deputados da Oposição, do PMDB, do PT, do PPS, do PL, o deputado Algaci Tulio se retira do Plenário em sinal de protesto pela maneira como essas contas estão sendo analisadas, e fica aqui, senhor presidente, o nosso voto contrário a todas essas prestações de contas. Para que nós não tenhamos que falar em todas elas, votaremos contrário em nome da Oposição, e o nosso protesto pela maneira como essas contas foram colocadas para serem apreciadas pela Assembléia Legislativa.

#### O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Respondendo ao nobre amigo deputado Luiz Carlos Martins, eu diria que V. Exa. abordou exatamente a questão-chave: a função do legislador é, sim, transitar, deputado Luis Carlos Martins, no Palácio Iguaçu, nas Secretarias, é, sim, se relacionar com os Poderes constituídos, mas V. Exa. não achará nos Anais o meu voto para a privatização e doação do Banco do Estado; V. Exa. não achará nos Anais o meu voto para conquistar os recursos do Banco Central.

E olha, eu estou exercendo o meu quinto mandato popular, estou convencido que exatamente o que falta à população para a boa aplicação do dinheiro público é uma ação mais eficiente do Legislativo, porque nós temos um regime presidencialista, mas temos uma Constituição parlamentarista que dá amplos poderes ao Poder Legislativo. O que não pode é o Legislativo fazer uma negociata com o Executivo e dar sustentação, em nome do saldo de boa conduta, para quem não fez o seu papel, porque o papel do Executivo é papel do Executivo; papel do Legislativo é papel do Legislativo; papel do Judiciário é papel do Judiciário! E eu não posso passar para história como alguém omissos, que não fez o seu dever de casa, porque procurei analisar cada ato do governo, não analisar com os olhos da Oposição, mas analisar documentalmente.

É o que eu trago aqui para que os senhores deputados tenham acesso, documentos do Tribunal de Contas, documentos do Banco Central, do ajuste, do financiamento, da privatização do Banco, da doação da Sanepar ao grupo Dominó Holding, que vendeu 34% da Sanepar e mudou o estatuto e entregou o mando ao grupo minoritário, empresa administrativa por cinquenta e nove atribuições, tem o grupo Dominó Holding trinta e cinco atribuições; quando o governo tem 52% tem vinte e quatro atribuições, comparecendo com quatro diretorias sem representatividade, sendo que o grupo Dominó Holding detém o controle, o coração da Sanepar!

Quem sabe eu esteja falando em nome daqueles quatro mil e quinhentos funcionários demitidos do Banestado, hoje entregue ao Banco Itaú todo o dinheiro público. Ora, será que dá lucro ao Banco Itaú um orçamento em torno de dez bilhões exclusivamente depositado no Banco Itaú? Por quê? Não com o meu voto! Não!

A verdade, como diz um caboclo lá de Vila Alta: “A verdade, doutor, não se escurece; ela tarda, mas ela vem”!

Não estou pedindo que sejam generosos com o governo Jaime Lerner! Estou pedindo apenas que façam justiça e que está no voto de cada deputado eleito pelo povo do Paraná!

Muito obrigado!

**O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Pela Ordem)**

Senhor presidente.

Estou ouvindo atentamente, até sinto que a Oposição cumpre o papel, sai do Plenário.

A grande verdade é que a estrutura nacional permite hoje a criação dos Tribunais de Contas, inclusive o Tribunal de Contas da União. E tem sido combatido por algumas idéias avançadas no sentido de que os tribunais, em especial os Tribunais de Contas, possam desaparecer, sem a necessidade.

Estamos aprovando as contas com base no parecer que, tecnicamente, às vezes para nós poderia não ter nenhum valor, mas com aval moral, porque hoje o brasileiro acostumou a prestar atenção no que os Tribunais de Contas têm dito para aprovação de determinadas contas.

Vemos por aí algumas benesses de alguns tribunais, dentre eles o próprio Tribunal de Contas da União.

Acho que esta Bancada que deu sustentação durante todo esse período nesse governo, não pode fazer nada mais nada menos com o aval do Tribunal de Contas do que aprovar as contas daquele governo em que estivemos aqui por fazer a sua defesa. Deputado Durval Amaral, V. Exa. que também tem experiência, é um filme que já vimos, quando termina um governo, aquele que senta no seu lugar, vai ter que fazer melhor. É sempre assim.

Vi um Paraná aqui criticado pelo pedágio, estou esperando que o governador Roberto Requião não cobre mais o pedágio. Tenho andado muito por Curitiba-Londrina e vejo como foi bom para o Estado a criação da cobrança do pedágio. O questionamento do pedágio é com relação ao valor se é caro ou não, mas as estradas são outras! O futuro vai se encarregar de dizer isso.

Com o conhecimento técnico que tenho como advogado e como político e homem sensível que, para aquele que está deixando o governo, nada melhor do que sair com o aval das suas contas aprovadas. Hoje vivemos um País diferenciado, com uma lei de responsabilidade fiscal que aí está, que veio numa boa hora, mas que às vezes pode atrapalhar a vida daquele bem intencionado.

Hoje essas contas que estão sendo aprovadas vêm de um governo confirmado pelo voto popular de oito anos de mandato. Administrar um Estado com a dimensão do Estado do Paraná, um governo com oito anos traz e pode cometer talvez irregularidades, mas sempre de boa fé, porque sempre se pretende acertar.

Quero deixar consignado o respeito que tenho do governador Jaime Lerner. Um homem de pensamento macro. Que em pouquíssimo tempo, ver que o Estado do Paraná, em muitos setores, vai sentir saudades da admi-

nistração do Governo Jaime Lerner, exatamente porque pensa macro.

O poeta e o cientista não são reconhecidos no seu tempo. Quando Galileu falou que a Terra era redonda foi para a inquisição.

Gostaria de dizer que aprovo as contas. Estou dando aqui o aval daquilo que ajudei defender. Se houveram erros, foram com intenção de acertar. Acho que o Governo Jaime Lerner teve um débito muito grande com a educação.

A democracia exige uma coisa, que você não é entre só para governar nos braços do povo; o importante é que você saia nos braços do povo. Essa maioria representa a maioria do povo do Paraná. Para um bom entendimento basta dizer que o aval que fica das contas aprovadas, é no mínimo, o respaldo que cada um de nós estamos dando para nós mesmos por ter confiado num governo que para mim como cidadão que admiro, fez uma verdadeira reestruturação no Estado do Paraná.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Em votação o item nº 04: Projeto de Resolução nº 010/2002.

**Aprovado.** Voto contrário dos deputados: Neivo Beraldin, Nereu Moura e Augustinho Zucchi.

**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 030/2000, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Estado do Paraná, do exercício de 1998. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 030/2000**

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1.998.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05.12.2000.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoiamento:

Plauto Miró Guimarães e Antonio Baratter.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
PROPOSIÇÃO Nº 30/2000

**P A R E C E R :**

**Relatório**

Através do Ofício nº 85/2000, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhou a esta Casa o pare-

cer prévio, referente à prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, relativo ao exercício financeiro de 1.998.

#### **Fundamentação**

As referidas contas foram encaminhadas ao Poder Legislativo no prazo constitucional, conforme artigo 87, inciso XI da Constituição Federal.

Os balanços gerais que compõe as citadas contas, foram elaborados de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964.

O Tribunal de Contas considerou-as em condições de merecer a aprovação, conforme parecer exarado pelo conselheiro Artagão de Mattos Leão, em 16 de dezembro de 1.999.

#### **Conclusão**

Assim, pelo acima exposto e estar a presente proposição em conformidade com ditames legais e constitucionais, este relator opina pela aprovação das contas do Governo do Estado do Paraná, relativas ao exercício financeiro de 1.998.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.12.2000.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

LUIZ ACCORSI - Relator

Em votação.

#### **O SR. NEIVO BERARDIN (Para Discutir)**

Senhor presidente.

Olha o que diz o Tribunal de Contas em relação ao nosso saldo patrimonial acumulado: passou de 117% de uma para o outro. O Estado não cumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal. O Estado extornou 180 milhões para falsear a prestação de contas, aumentando ou falseando a produção primária do nosso Estado. O Estado escreveu, nesse período, 2 bilhões e 800 milhões em precatórios. O Estado deixou nesse período, 3 bilhões e 200 milhões de restos a pagar.

Portanto o dinheiro represado na tesouraria, não foi aplicado o que estava previsto e aprovado por este Parlamento para área de saúde e segurança pública, fazendo voltar o dinheiro que seria para saúde e segurança, para conta 00 do Estado. Ele gastou, não sabemos em quê, porque do Orçamento aprovado de doze bilhões, existia uma rubrica "outras despesas".

Pasmem os senhores: na rubrica "outras despesas" estão previstos quatro bilhões de reais, e o Estado gastou um bilhão e trezentos milhões de reais. Para que fique mais simples, vamos imaginar dar R\$100,00 (cem reais) ao nosso filho e ele chega em casa e presta conta de R\$20,00 (vinte reais) e R\$80,00 (oitenta reais) ele diz: "pai, gastei em outras coisas"! Onde está o exemplo?

Esses são alguns dos fatos que estão nos documentos oficiais desse período.

#### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Em votação o Item 05: 1ª Discussão do Projeto de Resolução nº 030/2000. **Aprovado.**

Com voto contrário dos deputados Neivo Beraldin, Nereu Moura, Augustinho Zucchi e Ademir Bier.

#### **O SR. NEREU MOURA**

E o nosso protesto também.

#### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Fica registrado.

#### **O SR. NEIVO BERARDIN (Para Discutir)**

Quero justificar o voto, senhor presidente.

#### **(Assentimento)**

Preciso registrar, apenas, que no período de 98, o Banco do Estado registrou prejuízo de dois bilhões e oitocentos milhões de reais.

#### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Fica registrado, nobre deputado, nos Anais desta Casa. Espero que por muitos anos.

#### **ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 025/2001, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Estado do Paraná, do exercício de 1999. **COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS.**

#### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 025/2001**

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### **R E S O L V E :**

Art. 1º - Ficam aprovadas as contas do Governo do Estado do Paraná e do Tribunal de Contas do Paraná, relativas ao exercício financeiro de 1.999.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12.06.2001.

#### **(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS**

Apoiamento:

Luiz Accorsi e Geraldo Cartário

#### **COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS PROPOSIÇÃO Nº 032/2001**

#### **P A R E C E R :**

Através do Ofício nº 072/2001, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhou a esta Casa de Leis parecer prévio referente à prestação de contas do próprio Tribunal de Contas do Estado, em Protocolo nº 59.009/00 - TC, abrangendo o exercício financeiro do ano de 1999.

As referidas contas foram encaminhadas a este Poder Legislativo em consonância com o que dispõe o parágrafo 6º do artigo 77, da Constituição do Estado do Paraná, sendo os balanços gerais que compõem as citadas

contas elaborados com base na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

O Tribunal de Contas considerou-se em condições de aprovar sua execução orçamentária, com parecer do conselheiro Rafael Iatauro, exarado em 29 de junho de 2000.

Em análise ao protocolo em questão, verifica-se o pleno atendimento por parte do Tribunal de Contas ao orçamento que lhe é destinado, bem como à sua execução, tendo cumprido *in totum* o que disciplina a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, referência à época.

Estando tal prestação em acordo com os ditames legais, esta Comissão de Tomada de Contas opina favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12.06.2001.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
PROPOSIÇÃO Nº 032/2001

P A R E C E R :

Através do Ofício nº 072/2001, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhou a esta Casa de Leis parecer prévio referente à prestação de contas do Governo do Estado, em Protocolo nº 128.836/00-TC, abrangendo o exercício financeiro do ano de 1999.

As referidas contas foram encaminhadas a este Poder Legislativo no prazo estabelecido pelo artigo 87, inciso XI, da Constituição do Estado do Paraná, sendo os balanços gerais que compõem as citadas contas elaborados com base na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

O Tribunal de Contas considerou-se em condições de aprovar as contas do Governo do Estado, com parecer do conselheiro Rafael Iatauro, exarado em 26 de junho de 2000.

Contudo, por tratar o presente parecer da prestação de contas do Governo, torna-se imperioso que coloquemos à discussão aspectos relevantes de interesse público, convergentes ao entendimento do Tribunal de Contas, mas questionador quanto à qualidade dos resultados da aplicação do dinheiro público, da identificação das necessidades da população e de sua tradução em objetivos claros e significativos.

A seguir, os pontos do relatório que mais nos chamam atenção, em número de 21 (vinte e um):

01) O conselheiro relator chama atenção ao fato das entidades de constituição jurídica para estatal resistirem à prestação de contas junto ao TC. Na página 16 do relatório afirma que “não se concebe, portanto, o baixo teor democrático dos Serviços Sociais Autônomos, do Estado do Paraná que, sobre (sic) o falso argumento de figuras jurídicas especiais, têm apresentado negativas para o instituto de prestação de contas ao Tribunal. (...) O Tribunal de Contas, no exercício de suas atividades, não

abdica de sua jurisdição e será implacável ou fora do eixo ético, pretendem ficar à margem da Constituição.”;

02) Também na introdução ao relatório menciona problemas na gestão orçamentário-financeira do Governo do Estado. Textualmente, consta das páginas 16/17: “Os elementos constantes das contas do governador traduzem fatos positivos e manifestam dificuldades gerenciais expressivas. Em sua análise, seria ingênuo pensar que tudo esteve consentâneo com os padrões técnicos recomendáveis e dos princípios de execução de operações financeiras. A nível orçamentário, ficou visível que o Executivo procede ajustes discutíveis, tanto na receita quanto na despesa, o que dificulta sobremaneira o encontro de resultados comuns e provoca saliente descompasso entre o entendimento do Tribunal e das teorias expostas pelos setores técnicos do Governo. Objetivamente, há indiscutível propósito de superestimação da receita e da despesa, desvirtuando a figura do orçamento como instrumento do planejamento, embora as alterações procedidas tiveram o beneplácito legislativo, através de leis próprias.” Sobre o aspecto referente à superestimação das despesas e receitas que sem o uso de parâmetros básicos de previsibilidade retira a condição de planejamento e controle do orçamento, os números apresentados nas páginas 42 são reveladores: previram-se receitas na ordem de R\$14,7 bilhões e arrecadou-se de fato 10,8 bilhões, uma significativa diferença de 23%.

03) Sobre as Operações de Crédito verificadas nas contas de 1999, destaca o conselheiro relator que “no plano das Receitas, revelou-se crescimento verdadeiramente surpreendente das operações de crédito que, de R\$425,4 milhões em 1998, saltaram para 5,4 bilhões em 1999, destacando-se que R\$5,1 bilhões foram destinados para o saneamento do Banco do Estado do Paraná. (...) Na verdade, o saneamento das contas, muito longe do ufanismo apregoado pelo Banestado, deu-se através de empréstimo do Governo Federal e não de eventual criatividade administrativa de sua cúpula diretiva.

O Estado terá que amortizar o montante recebido, ao longo dos anos, aumentando substancialmente o perfil da dívida fundada e exaurindo sua capacidade de endividamento”. Destaca, ainda, que nesse ano em análise, as operações de crédito representaram 52% do total das receitas arrecadadas e que “essa fonte de recursos sabidamente traz, em sua esteira, correções e juros significativos, elevando substancialmente o estoque da dívida e, por via de conseqüências, reduzindo a capacidade de investimento. A opção de recorrer sistematicamente a operações de crédito, para o desequilíbrio de caixa, constitui caminho reconhecidamente perigoso e, no caso do Paraná, já gerou dependência consagrada”. (páginas 17/18)

04) Sobre a execução dos programas governamentais, afirma que “dos 20 programas estratégicos do governo nenhum foi realizado conforme o previsto e, na globalidade de sua expressão monetária, atingiram 76,72% da projeção, traduzindo palpável fragilidade do

planejamento, quase sempre alimentado por expectativas insustentáveis”. (pág.18);

05) Sobre os gastos sociais apurados nas contas de 1999 do governo estadual, afirma o conselheiro relator que “os gastos sociais apresentaram decréscimo, pois foram aplicados R\$1,5 bilhão contra R\$1,7 bilhão em 1998. Para um Estado acentuadamente marcado por pressões sociais de todas as latitudes, o fato demanda novos encaminhamentos nas políticas públicas, direcionadas à área. A ausência de reordenamento do setor, em vez de alargar a cena democrática, pode se constituir em eventual fonte alimentadora de reações atípicas”. (pág. 19);

06) Alerta o conselheiro sobre as pendências existentes nas contas públicas do Governo do Estado em relação aos precatórios: “Já o montante dos precatórios alcança o surpreendente patamar acumulado de R\$2,8 bilhões e, levando-se em consideração o que foi pago no exercício, de apenas R\$21 milhões, projeta-se um futuro sombrio no que se refere à sua liquidação”. (pág. 20/21);

07) Também destaca como uma preocupante situação das contas públicas e dívida do Estado: “A Dívida Geral do Estado do Paraná - de longo e curto prazos - ascende a R\$13,3 bilhões, sendo R\$9,1 bilhões representativos da Fundada e R\$4,1 bilhões da Flutuante. A propósito, somente a dívida interna alcança o montante de R\$7,9 bilhões, correspondendo a 59,62% da dívida geral. O montante da dívida geral equivale a mais de um orçamento”. (pág. 21);

08) Tece comentários sobre o Programa de Concessão de Rodovias na página 21, afirmando que “(...) continuou vivendo período de turbulências e disputas judiciais, o que prejudicou substancialmente sua execução”;

09) Conclui o conselheiro relator, nas suas considerações gerais, de que há registro nas contas de 1999 de um déficit de R\$368 milhões na administração consolidada (administração direta e indireta) do Governo do Estado (pág. 21) e de outro lado uma elevação da Receita Tributária decorrente do crescimento de 18,14% na receita do ICMS entre 1998 e 1999 (pág.22);

10) A descrição mais detalhada do déficit é apresentada no capítulo da análise do desempenho da atuação governamental na gestão dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais. Na página 48, expõe o quadro do resultado orçamentário, demonstrando que a receita arrecadada em 1999 foi de R\$10,8 bilhões e a despesa realizada foi de R\$11,2 bilhões.

11) Nesse mesmo capítulo, o relatório apresenta, na página 53, o resultado patrimonial consolidado do exercício e aponta um lapso no registro realizado pelo Governo do Estado nessa conta. Assim, como descreve o relatório, ao invés de um déficit de R\$53 milhões como apresentado, o déficit final ajustado foi de R\$118 milhões. Nos termos do relatório, “esse fato, apurado na Administração Direta, indica que foi realizada venda de bens, cujos efeitos não foram trazidos ao patrimônio do Estado. Sobre essa mesma conta, na página 58 do relató-

rio, demonstra-se o resultado patrimonial acumulado do exercício de 1999 e do exercício anterior, indicando um déficit de R\$364 milhões”;

12) Nas páginas 59 e 60 apresenta-se o resultado da dívida ativa, cujo saldo cresceu de 1998 para 1999 em 48%, e no acumulado de 1995 para 1999 em 421%. Sobre esse fato o relatório aponta que “não se verificou maior atenção da administração na cobrança desses créditos que são, efetivamente, fontes potenciais de receita e cujo saldo apurado em 31/12/99 situou-se em R\$2,9 bilhões”. É importante mencionar que na página 61, apresenta-se o demonstrativo dos 100 maiores devedores da dívida ativa;

13) Entre as páginas 62 e 65 demonstra-se a composição da dívida geral do Estado, que totaliza R\$13,3 bilhões, com evolução de 117,31% em relação ao saldo do exercício anterior. A dívida interna (fundada) representa 59,62% desse total, ou seja R\$7,9 bilhões, compreendidos através de contratos (R\$7,3 bilhões) e outras dívidas (R\$590,5 milhões). Vale ressaltar que, dessas dívidas, encontra-se a do contrato relativo ao saneamento do Banestado com a União correspondente a R\$5,1 bilhões. A dívida externa (fundada) responde por 9,11% da dívida geral, com um total de R\$1,2 bilhão. A dívida flutuante, por seu turno, fecha o ano de 1999 com R\$4,1 bilhões (31,27% da dívida geral), sendo que deste valor, R\$3,3, bilhões correspondem a restos a pagar. E ainda, como descreve o relatório, deste valor em restos a pagar, 68,73% (2.8 bilhões) são valores correspondentes a precatórios. Cabe mencionar que este valor dos precatórios inscritos para pagamento em 1999, somente R\$ 21 milhões foram pagos;

14) Na seção referente à análise econômico financeira, dois aspectos são apontados pelo relatório, quais sejam: I) O Estado apresentou em 1999, tendência já verificada em 1998, um comprometimento financeiro e patrimonial maior que a sua disponibilidade financeira e patrimonial, “traduzido num percentual de 102%” (pág. 66), o que corresponde ao grau de endividamento. O ativo real (disponibilidade financeira e patrimonial) apresentou-se em R\$13 bilhões e o passivo real (dívida flutuante e fundada, basicamente) em R\$13,3 bilhões. II) Na análise estritamente financeira, o relatório apresenta a conclusão de que no confronto da dívida de curto prazo com a disponibilidade de caixa “(...) verificou-se que, para cada real de dívida, o Estado dispunha de R\$0,14”. (pág. 68);

15) Das páginas 70 a 78, o relatório apresenta a verificação e análise dos limites legais mínimos e máximos de alocação de recursos orçamentário. Verificou-se a Educação (com aplicação do Fundef), Ciência e Tecnologia, despesa com pessoal, e limites da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) com os Poderes Legislativo e Judiciário e com o Ministério Público. Sobre a questão destes limites, conclui o relatório que, **“de forma geral, a obediência aos paradigmas legais se mostrou satisfatória, mas ainda carente de ajustes: melhor direcionamento**

**dos recursos aplicados em educação, correto enquadramento das verbas atinentes à ciência e tecnologia e redução dos gastos relativos a pessoal, dentro das regras da legislação”** (negrito do original).

Cabe mencionar que os gastos com pessoal ultrapassou, em 1999, em 7,23% o limite legal de 60%, totalizando em R\$3,229 bilhões. Neste capítulo, ainda, cabe mencionar o conteúdo do parecer da Diretoria de Assuntos Técnicos e Jurídicos (página 4) e conforme consta do relatório da Inspeção Geral de Controle do TC (páginas 39 a 40) sobre as aplicações do Fundef. Um primeiro aspecto é de que não houve cumprimento ao limite mínimo estabelecido pela emenda constitucional nº 14/96, de aplicação de 60% no ensino fundamental decorrente dos 25% destinados à educação, e um outro aspecto, o de que conforme preceitua a Lei nº 9424/96, o Fundef deveria manter uma conta específica, o que não foi verificado, ao contrário, manteve-se vinculada à conta única da Secretaria de Estado da Fazenda. Ainda, sobre essa questão dos limites, observa o relatório que o Poder Legislativo executou o percentual de 4,63% das receitas gerais do Estado, quando o limite é de 5%, e o Poder Judiciário e o Ministério Público executaram 7,33% e 3,18% respectivamente, ambos mais elevados que seus limites de gastos. Cabe mencionar que para o Poder Judiciário o limite é de 7% e para o Ministério Público é fixado em 3%. Recomenda o conselheiro relator a adequação ao disposto legal;

16) Em relação às privatizações, o relatório menciona em maiores detalhes o processo de saneamento do Banestado, que implicou em contração de empréstimos do Governo do Estado junto à União, com o conseqüente crescimento da dívida fundada, além do comprometimento por parte do Estado em adquirir do Banestado os títulos públicos emitidos pelos Estados de Alagoas, Santa Catarina e Pernambuco, e pelos municípios de Osasco e Guarulhos (páginas 80 a 83);

17) Sobre as despesas com divulgação e propaganda o relatório constata, como também o parecer da Diretoria de Assuntos Técnicos e Jurídicos, a não observância de instrução contida na Resolução nº 035/95-SECS, reiterada pelo TC, de realizar despesas com publicidade somente após permissão dada pela Secretaria de Estado da Comunicação Social em instrumento específico, o “PADV” (páginas 85 a 87);

18) Relata, ainda, sobre as participações societárias do Governo do Estado do Paraná no capital das empresas públicas e sociedades de economia mista. Do quadro apresentado na página 88 chama a atenção a redução havida ao longo dos últimos anos na participação do Estado na Copel (em 1995 participava em 82,70% e, em 1999, em 31,1%) e na Sanepar (em 1995 detinha participação de 87,52%, e em 1999 de 52,5%);

19) Um ponto importante observado pelo relatório refere-se ao recolhimento antecipado de tributos. O montante inscrito de antecipação foi, em 1999, de R\$501,3 milhões de parcela de ICMS a ser apurado, com dedução

mensal do total já recolhido aos cofres públicos. Lembra o relatório de que há questionamento do Banco Central em relação a esse tipo de operação e ainda, a partir dos próximos exercícios, a Lei de Responsabilidade Fiscal veda esse procedimento. Cabe também destacar que operações dessa natureza comprometem as receitas de exercícios futuros além de embutir custos financeiros (deságios).

20) Dos Serviços Sociais Autônomos, lembra o relatório, entre as páginas 93 e 98, da obrigatoriedade dessas instituições, criadas em 1996, como a Paranaprevidência, Paraná Educação, Paranatecnologia, Ecoparaná e Paranacidade, em prestar contas de suas execuções orçamentárias por serem gestores de recursos públicos repassados pelo Tesouro do Estado. Foram alocados recursos públicos na ordem de R\$150 milhões e a instituição Paranacidade, ainda não havia prestado contas ao TC, afrontando a Resolução nº 7.150/99-TC, que substancia decisão oficial e, segundo o relatório, a própria Constituição Federal, no seu artigo 70;

21) Relaciona o conselheiro Rafael Iatauro, por fim, as auditorias especiais desenvolvidas nas contas do Governo do Estado, bem como as apurações de denúncias e as impugnações protocoladas no Tribunal de Contas do Estado (páginas 100 a 102);

Muito embora a presente proposição encontra-se em conformidade com os ditames legais e constitucionais, o que faz com que este relator manifeste-se favoravelmente à sua aprovação, é preciso que se vislumbre a administração comprometida com as necessidades da população com o aperfeiçoamento dos orçamentos, tanto na sua elaboração quanto na sua execução, constituindo-se de objetivos e metas. Deve haver permanente avaliação de sua efetividade, eficiência e eficácia, bem como dos impactos sobre a qualidade de vida da população. A avaliação, em todas as suas dimensões, deve possibilitar o aperfeiçoamento contínuo dos programas de trabalho, do planejamento governamental, da melhoria na alocação de recursos, do processo de elaboração e execução orçamentária e da otimização do gerenciamento da ação governamental, com a conseqüente e tão almejada melhoria da gestão dos recursos públicos.

Sala das Comissões, em 12.06.2001.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Em votação.

**O SR. NEIVO BERALDIN (Para Discutir)**

Senhor presidente.

Conforme o Tribunal de Contas descreveu, o período de 1999 a 2000 o Estado passou de um descoberto de 364 milhões para um bilhão e oitocentos milhões, Está aqui o documento do Tribunal de Contas, que, aliás, quero aproveitar esta oportunidade para enaltecer os técnicos do Tribunal de Contas e dizer que seriam perfeitamente dispensáveis os conselheiros do Tribunal de Contas. A melhor Ata que poderíamos fazer é aposentar



os conselheiros do Tribunal de Contas para o bem do serviço público.

Os técnicos não, eles colocam aqui, só não vê quem não quer e lamentar mais uma vez diante destes documentos oficiais apresentados pelo Tribunal de Contas como que a Comissão de Tomada de Contas deste Poder não encaminha para justificar, pelo menos tentar justificar o injustificável. Neste momento, não ouço a voz dos membros da Comissão de Tomada de Contas. estamos discutindo e analisando a aplicação do dinheiro público!

Era isso.

**O SR. EDSON STRAPASSON (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, senhores deputados.

A Oposição, de uma forma geral, num ato de protesto contra a forma de aprovação, onde numa tarde, no penúltimo dia de Sessão deste ano, desta legislatura, nós recebemos de forma surpreendente uma pauta com oito itens tratando de oito anos de administração do governo do Estado, onde se busca a aprovação, por parte da Assembléia Legislativa, de todas as contas durante o decorrer deste período.

É evidente que o projeto que pretende nesta pauta extensiva, mas de poucas folhas e de poucas justificativas, não há como qualquer deputado poder votar favorável.

Nós tivemos nesses quatro anos - e falo aqui no período em que estive nesta Casa, denúncias, debates aprofundados, denúncias para aberturas de CPI's para investigação de diversas irregularidades e o deputado Neivo veio várias vezes ao microfone trazer alguma questão de cada ano, das irregularidades. E não há como! Esta Casa tem o dever constitucional de avaliar, de averiguar, de fiscalizar a ação do governo perante denúncias de irregularidades que apareceram e aparecem, ficar aqui calada e omissa e aprovar as contas de forma - até considero sem embasamento, porque nós não temos a mínima condição, com base nessas documentações, de poder opinar, sem sequer a Comissão de Tomadas de Contas poder colocar aqui aos microfones, a esta Casa, de forma clara, as questões da administração da aplicação dos recursos de cada ano. E, é evidente que o protesto é legítimo e cabe a nós, deputados, deixarmos clara a nossa posição.

Nós protestamos até contra a forma que a Mesa Diretora colocou os oito anos de administração de uma forma única, impedindo praticamente que se dê uma discussão mais apurada e que se possa, perante a opinião pública, fazer esclarecimento da forma de atuação.

Portanto, o nosso protesto e o nosso voto contrário à aprovação das contas, conforme apresentado nesse período do governador Jaime Lerner.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Vai se proceder à votação.

Os deputados favoráveis permaneçam como estão.  
**Aprovado.**

**O SR. NEIVO BERARDIN**

Verificação de votação, senhor presidente!

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Vai se proceder à verificação de votação. Os deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Solicito ao senhor secretário que proceda a contagem.

Vinte e nove senhores deputados.

Deputados contrários queiram manifestar-se.

Oito senhores deputados.

Está **aprovado**, portanto.

**O SR. NEIVO BERARDIN**

Preciso, senhor presidente, que me conceda a palavra para que possa nominar os partidos que votaram contra.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Tem a palavra.

**O SR. NEIVO BERARDIN**

Então, o PDT, PMDB, PL, PPS e evidentemente, já que V. Exa. me concedeu a palavra...

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Esta presidência concedeu a palavra para que V. Exa. fizesse o registro das Bancadas que votaram.

Agradeço a vossa compreensão.

## ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 024/2002, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Estado do Paraná, do exercício de 2000. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS.

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 024/2002

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º - Ficam aprovadas as contas do Governo do Estado do Paraná e do Tribunal de Contas do Paraná, relativas ao exercício financeiro de 2000.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19.11.2002.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoiamento:

Marcos Isfer, José Maria Ferreira e Luiz Accorsi.

### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROPOSIÇÃO Nº 089/2001

#### P A R E C E R :

Através do Ofício nº 1.307/2001, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhou a este Poder o

parecer prévio referente à prestação de contas do Governo do Estado do Paraná e do próprio Tribunal de Contas, referentes ao exercício financeiro do ano de 2000.

Em douto parecer, de autoria do conselheiro Quielise Crisóstomo da Silva, este entendeu que as referidas contas estão em condições de merecer aprovação.

Assim, em 25 de junho de 2001, aquele Tribunal aprovou por unanimidade o parecer citado, tendo participado do julgamento, além do relator, os conselheiros Artagão de Mattos Leão, Heinz Georg Herwig e os auditores Roberto Macedo Guimarães e Jaime Tadeu Lechinski, mais o procurador-geral junto ao Tribunal de Contas, Fernando Augusto de Mello Guimarães.

Isto exposto, e pelas razões acima apresentadas, é o nosso parecer favorável à aprovação das contas do Governo do Estado e do Tribunal de Contas do Paraná, relativas ao exercício financeiro de 2.000.

É o parecer favorável. Aprovado.

Sala das Comissões, em 19.11.2002.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

Em votação.

#### O SR. NEIVO BERARDIN (Para Encaminhar)

Senhor presidente, o Ministério Público do Paraná atesta: o Governo do Estado não tem contas para administrar o dinheiro do Fundef, conforme determina a lei específica do assunto, se não me engano é a Lei nº 9624.

Portanto, conforme consta na prestação de contas do governo ao Tribunal de Contas, o Estado investiu em educação, nesse período, 21%, quando era tradicional o Estado investir em torno de 38%.

Então, imaginem V. Exas. qual foi o prejuízo na área de educação que o povo do Paraná teve nesse período. O dinheiro do Fundef foi para a conta 00, a conta do Estado. Verificação, se procurarem nos autos desse processo, que o Estado investiu em saúde, nesse período, 1,8 do orçado. Portanto, investiu menos de 2% do que estava previsto em saúde.

Então, é sonho imaginar que poderíamos um dia analisar essas contas com tempo suficiente para travar um bom debate com documentos em mãos de cada deputado, com o conhecimento necessário e fundamental para análise de uma votação de tamanha magnitude. Será pedir muito para os deputados que dão sustentação ao Governo, mesmo sem o amparo dos técnicos do Tribunal de Contas, porque não recomendam aprovação; os técnicos escreveram: houve improbidade administrativa. Os técnicos questionam diretamente a contabilidade de período do governo e eu espero que o Ministério Público encontre quem assinou essa contabilidade, porque há de ter um contador, há de ter um responsável, e este responsável eu espero que o Ministério Público vá de encontro para que explique como pode extornar 180 milhões para falsear uma contabilidade pública, para enganar o Banco Central, para dizer que há crescimento!

Então, acho que já me alonguei até por demais e quero evidentemente repetir o meu apelo, para que, se não o presidente da Comissão de Tomada de Contas que assinou, o relator que assinou a aprovação dessas contas, alguém com informação, evidentemente, deve ter manuseado todos os documentos. Aliás, requeiro a V.Exa. cópia dos documentos originais da prestação de contas de 96 a 2001, para que possamos ter em nosso poder. Requeiro a V. Exa. que nos remeta ao nosso gabinete para que fique colocado no nosso arquivo confidencial.

#### O SR. AUGUSTO ZUCCHI

Solicito à assessoria da Mesa que através do Departamento Legislativo encaminhe ao deputado Neivo Berardin nas referidas cópias solicitadas.

Vamos à votação.

Item 07: 1ª Discussão do Projeto de Resolução 024/2002.

Deputados favoráveis, permaneçam como estão.

Aprovado.

#### O SR. NEIVO BERARDIN

Verificação de votação.

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Vai-se proceder à verificação de votação.

Deputados que aprovam queiram levantar-se.

Vinte e nove aprovam.

Deputados que rejeitam, queiram manifestar-se.

Oito deputados.

#### O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, a Oposição continua protestando, grande parcela dela não está presente por isso, apenas oito estão aqui, mas os demais, se estivessem aqui, estariam todos votando junto conosco.

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está registrado a sua posição, deputado Nereu Moura. Está **aprovado**, portanto o item nº 07.

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 031/2002, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Estado do Paraná, do exercício de 2001. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 0310/2002

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º - Ficam aprovadas as contas do Governo do Estado do Paraná e do Tribunal de Contas do Paraná, relativas ao exercício financeiro de 2001.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.12.2002.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoioamento:

Plauto Miró Guimarães e Luiz Accorsi.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROPOSIÇÃO Nº 141/2002

P A R E C E R :

Através do Ofício nº 993/2002, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhou a este Poder o parecer prévio referente à prestação de contas do Governo do Estado do Paraná e do próprio Tribunal de Contas, referentes ao exercício financeiro do ano de 2001.

Analizada a matéria em epígrafe, conclui este relator que as contas apresentadas encontram-se dentro dos aspectos econômicos e sociais, conforme Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar Federal nº 101/2000, evidenciando o desempenho como um todo, no que diz respeito aos demonstrativos apresentados durante o exercício financeiro de 2001.

Pelo acima exposto, e pelas razões apresentadas no referido relatório, concluo pelo parecer favorável à aprovação das contas do Governo do Estado e do Tribunal de Contas do Paraná, relativas ao exercício financeiro de 2001.

É o parecer favorável. Aprovado.

Sala das Comissões, em 10.12.2002.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

**Em votação.**

O SR. NEREU MOURA

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vai se proceder à verificação de votação.

Deputados que aprovam, queiram levantar-se.  
29 deputados aprovam.

Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.  
08 deputados contrários.

Portanto, está **aprovado** o item nº 08.

O SR. EDSON SATRAPASSON

Gostaria de registrar o voto contrário dos deputados Zuk, Strapasson, Nereu Moura, Zé Maria, Neivo Beraldin, Serafina Carrilho, Pastor Edson.

Votam contra a aprovação das contas do ano de 2001.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está registrado, deputado Edson Strapasson.

Tem a palavra o senhor deputado Durval Amaral para justificar o voto.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente e senhores deputados. Quero inicialmente cumprimentar V. Exa., porque neste momento ocupa a presidência da Casa, mas muito especialmente ao deputado Hermas Brandão pelo seu discernimento político, pela equidade política, pela maneira correta que age o presidente da Assembléia Legislativa valorizando-a e respeitando o governador que termina o seu mandato.

Foi-se o tempo, nesta Casa, em que contas de governadores eram usadas como instrumento para abarregar, para negociar. Foi-se o tempo em que nesta Assembléia Legislativa contas de ex-governadores ficavam à mercê da vontade de poucos para serem negociadas por poucas pessoas. Acredito que o discernimento do deputado Hermas Brandão, que sepulta definitivamente as velhas práticas, que infelizmente perduraram por décadas no Paraná. E nós estamos pondo fim, porque nada mais justo do que termos um Tribunal, queiramos ou não, venhamos a gostar ou não, tecnicamente preparado e competente para exarar pareceres. Não estamos fazendo casuísmo, aqui. Estamos respeitando um homem com mandato, eleito por duas vezes, que termina o mandato. Estamos respeitando um ex-governador que toma posse no dia 1º de janeiro e que até hoje, infelizmente, tinha duas de suas contas pendentes. Estamos respeitando a democracia, estamos pondo um ponto final à barganha sorrateira que alguns teimam em insistir e fazer disso um trunfo.

Quero aqui valorizar esses deputados que estão no plenário. Valorizar a coerência, a coerência que fez com que deputados que da minha base apresentaram emendas ao IPVA, algumas e muitas delas apresentadas em nome dos deputados de Oposição. E fiz um apelo pela coerência aos meus colegas, para que retirassem as emendas. E em nome da harmonia, em nome da democracia, retiraram as suas emendas.

Quero agradecer a cada um desses deputados, que sem nenhum rancor, sem nenhuma discriminação, sem nenhuma retaliação, com alto espírito público votaram e aprovaram as contas de 1993, 1994, do ex-governador e do futuro governador Roberto Requião.

Isto chamo de coerência, isso chamo de equilíbrio, isto chamo de bom senso, isso chamo de alto espírito político, porque mesquinha, retaliação, tendo certeza, não é o espírito de Jaime Lerner, não é o espírito de Requião.

Meus companheiros, fico a imaginar e me pus a orar há minutos atrás que se eu amanhã não estiver, como certamente não estarei, defendendo as cores do governo, estarei defendendo o povo do Paraná, os programas que, junto do Orçamento, com o alto discernimento do deputado Nereu e outros mais, chegamos a um consenso para que o governador Requião possa implementar desde o primeiro dia as suas promessas e que não serão mais promessas, serão programas de governo, mas eu me pus a orar, que nunca, em tempo algum, eu faço, mesmo que

por mais emocionalmente abalado que eu esteja e que por mais rancores que possa ter guardados em meu coração, que eu nunca faça papel de ridículo nesta Casa, porque da opinião eu posso discordar, mas a maioria tem que ser respeitada.

Por mais divergente que eu seja no campo das idéias, eu quero cumprimentar o deputado Nereu porque ficou e votou. Cumprimentar o deputado José Maria, se ausentou por um tempo mas voltou para votar. O deputado Neivo, que por mais que discorde das suas argumentações, ficou para votar. Acredito que o Brasil que nós acreditamos, por mais que ideologicamente eu seja diferente do Lula, eu quero o bem deste País. Por mais que eu não esteja apoiando ou tenha apoiado o governador que vai tomar posse no dia 1º de janeiro, eu tenho que respeitá-lo e tenho a consciência tranqüila, não vamos aqui retaliar ninguém. Poderia e tenho certeza que se quisesse o faria, mas a minha condição intelectual não me permite que faça, orientar meus colegas deputados para, em 2ª votação, votar contra a aprovação das contas do ex-governador Roberto Requião. A minha condição moral e a dos meus companheiros não me permitem agir com tamanha pequenez.

Obrigado.

Quero declinar o nome dos companheiros: Durval Amaral, Tony Garcia, Plauto Miró, Moisés Leônidas, Edno Guimarães, Fernando, Duílio Geraldo Cartário, Quilse, Sérgio Spada, Fernando Ribas Carli, Traiano, Noroeste, Pupio, Tureck, Cesar Seleme, Braz Palma, Elio Rusch, Alborghetti, Ricardo Maia, Accorsi, Baratter, Luiz Carlos Martins, Antonio Belinati, Hermas Brandão, Nelson Justus, Nelson Garcia, Valdyr Rossoni, Takayama e Carlos Simões.

Muito obrigado, tenho certeza que todos nós ficamos muito engrandecidos neste momento por votarmos a favor das contas do ex-governador Roberto Requião e votaremos tecnicamente a favor da aprovação das contas do governador Jaime Lerner, porque assim se pronunciou o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Obrigado.

#### O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Ouvi atentamente o seu discurso e quero dizer que nós, quando votamos as contas do governador Jaime Lerner, votamos com coerência e votamos com discernimento. Votamos porque acreditamos que tínhamos que rejeitar as contas do governador Jaime Lerner e não vou repetir para não ser chato, tudo aquilo que falamos durante todos esses anos aqui na Casa. Esta Casa que foi palco de tantas e tantas discussões acaloradas, quentes, de forma civilizada, cada um expondo a sua opinião.

Acho que V. Exa. se dirige à Bancada do Governo, à Bancada que dá sustentação ao governo Jaime Lerner e tem todo o direito de fazer. Agora, V. Exa. não pode puxar a nossa orelha, porque nós nos comportamos aqui da forma coerente, usando o direito que temos como parlamentar de expressar o nosso sen-

timento e aquilo que falamos ao longo dos 08 anos, aqui nesta Casa, transmitindo isso, sintetizando isso através dos nossos votos.

E, os nossos colegas deputados que saíram do plenário, se utilizando de um dispositivo regimental, que é exatamente isso que foi aqui realizado por inúmeras e inúmeras vezes pelo lado do governo e pelo lado da Oposição, de se retirar do Plenário quando achava que era conveniente, porque o Regimento Interno permite que se utilize desse expediente, e não há nenhuma imoralidade nisso. E não há nenhum conceito errado nesta atitude, porque ela é legítima.

Por isso, deputado Durval Amaral, eu poderia nominar os deputados que não estão presentes nesta Sessão e que saíram do plenário, porque nós concordamos com a saída deles, como disse, num sinal de protesto, mas o meu voto, o voto dos parlamentares que aqui ficaram é o voto deles, porque temos junto ao longo desta caminhada, tido, aqui, uma inteira concordância da nossa conduta parlamentar.

Não temos ódio no coração, não temos vingança, não queremos retaliação em relação ao governo Jaime Lerner. A história vai provar a partir de janeiro do ano que vem, com o novo governo que vai se instalar, não vai agir com retaliação, não vai agir com o olho cheio de mágoas ou de ódio, como nós também não temos. A nossa postura, aqui, é diante dos fatos, é diante dos números, é diante de uma realidade que nós, durante ao longo desse tempo, ficamos aqui contestando, colocando, e é bom ter oposição. Um governo que não oposição é um governo que pode errar muitas vezes. Muito mais do que aquele que tem oposição para alertar, para enumerar os erros, para corrigir falhas, para fazer a crítica. Porque toda unanimidade é burra.

É por isso que o governo Requião quer, sim, que tenha Oposição nesta Casa. Quer, porque a oposição ajuda a governar, a oposição colabora com o governo. E queremos, sim, que tenha oposição, para fazer o contraponto, para fazer a crítica, para corrigir erros, para corrigir rumos. Governo inteligente é aquele que ouve a voz que vem da rua, é aquele que escuta o seu adversário, o seu companheiro. É o governo que corrige rumos, que acerta erros, é o governo que quer acertar sempre. É o governo humilde, é o governo que quer fazer um governo para o povo e é assim que nós acreditamos. E por isso que queremos aqui, nesta Casa, que tenha sim, a voz contraditória para poder ajudar a governar o Paraná, para que o Paraná seja bem governado e o governo acerte e realize os sonhos do povo do Paraná.

Por isso, caro amigo Durval Amaral, usei da palavra que não era minha vontade, para dizer que não nos serve a carapuça e não estamos aqui de joelhos para pedir desculpas pelas nossas posições. Porque elas são coerentes e elas sintetizam o que pensamos e o que dizemos, e continuarmos pensando através dos nossos votos quando votamos contra as contas do governo Jaime Lerner.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Concedo a palavra ao deputado Neivo para justificar o voto.

**O SR. NEIVO BERALDIN**

Ouvi atentamente o pronunciamento do deputado Durval Amaral. É assim, como dizia o candidato Requião, “um nó criado”, exatamente porque no mesmo dia se analisa as contas 93 e 94, do governo Requião, e as contas do governo Lerner. E V. Exa. quando nominou os deputados que aprovaram as contas do governo Lerner, com certeza o advogado de defesa das improbidades administrativas do governo Lerner vai usar como peça de defesa: “não, mas o Poder Legislativo aprovou as contas.”

Portanto, fica aí um saldo de boa conduta que ele estará respaldado com 29 deputados que aprovaram as contas. E lá vão se perder nos Tribunais as demandas judiciais e lá estará com certeza esta peça da aprovação dos 29 deputados. No mesmo dia, na mesma hora votar tantas contas, é difícil, deputado Durval Amaral, justificar. A gente está aqui para votar, mas é difícil V. Exa. imaginar que está se dando um voto por respaldo de informação documental ou que está se dando um voto

meramente político, por compadrio, por co-participação.

Então, que fique registrado, nos Anais, nosso protesto.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 125/2001.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 629 e 697/2002.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 696/2002.

1ª DISCUSSÃO - do Projetos de Lei nº 771/2002, e do Projeto de Resolução nº 032/2002.

Levanta-se a Sessão.